

**AUTISMO E EDUCAÇÃO NAS PÁGINAS DOS JORNAIS *FOLHA DE SÃO PAULO*
E *JORNAL DO BRASIL* NOS ANOS 1980**

**AUTISM AND EDUCATION IN THE PAGES OF THE NEWSPAPERS *FOLHA DE*
SÃO PAULO AND *JORNAL DO BRASIL* IN THE 1980s**

**AUTISMO Y EDUCACIÓN EN LAS PÁGINAS DE LOS PERIÓDICOS *FOLHA DE*
SÃO PAULO Y *JORNAL DO BRASIL* EN LOS AÑOS 1980**

LOPES, Bruna Alves
bruna.hist.uepg@gmail.com
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa
ORCID: 0000-0002-5892-5503

RESUMO Este artigo tem por objetivo analisar matérias publicadas na década 1980, no *Jornal do Brasil* e na *Folha de São Paulo*, enfatizando as notícias que articulam autismo e educação. Trata-se de uma pesquisa documental, com abordagem histórica, que considerou os apontamentos de Luca (2005) – que compreende os periódicos enquanto fontes pertinentes para a construção de narrativas históricas – e Pontes e Silva (2012) que compreendem que os periódicos retratam e constroem a realidade em suas páginas. Observamos que, junto com as medidas de atendimento educacional voltado para os autistas, as associações desenvolveram um importante trabalho de divulgação da temática no Brasil, demonstrando a relevância do ativismo familiar que deixou como herança a abertura do debate sobre a importância do direito dos autistas ao acesso à educação.

Palavras-chave: Autismo. História. Educação.

ABSTRACT This paper aims to analyze articles published in the 1980s, in *Jornal do Brasil* and in *Folha de São Paulo*, emphasizing the news that articulate autism and education. It is a documentary research, with a historic approach, considering the notes of Luca (2005) – who comprises the newspapers as relevant sources for the construction of historical narratives – and Pontes and Silva (2012), who understand that the newspapers depict and built the reality in its pages. It was observed that, along with the educational service measures focused on autists, the associations have developed an important work to disseminate the theme in Brazil, indicating the relevance of the familiar activism, that left, as a legacy, the beginning of the debate about the importance of the rights of autistics to access education.

Keywords: Autism. History. Education.

RESUMEN Este artículo tiene por objeto analizar artículos periodísticos publicados en la década de 1980 en el *Jornal do Brasil* y en la *Folha de São Paulo* con énfasis en las noticias que articulan autismo y educación. Se trata de una investigación documental con un enfoque histórico que consideró las notas de Luca (2005) – que incluye artículos como fuentes relevantes para la construcción de narrativas históricas – y Pontes y Silva (2012) que comprenden que los artículos, retratan y construyen la realidad en sus páginas. Observamos que, juntamente a las medidas de servicio educacional dirigido a los autistas, las asociaciones desarrollaron una importante labor de divulgación del tema en Brasil, demostrando la relevancia del activismo familiar,

que ha dejado como herencia la apertura del debate sobre la importancia del derecho de los autistas al acceso a la educación.

Palabras clave: Autismo. Historia. Educación.

1 INTRODUÇÃO

O termo autismo foi utilizado pela primeira vez em 1911, por Eugen Bleuler, para descrever um dos sintomas da esquizofrenia; entretanto foi com o artigo *Autistic disturbances of affective contact* (KANNER, 1943) — publicado em 1943, nos Estados Unidos, e escrito pelo psiquiatra infantil Leo Kanner — que se iniciou uma série de estudos em que o autismo é reconhecido como uma entidade diagnóstica diferenciada de outros transtornos, doenças e patologias como, por exemplo, a esquizofrenia ou o retardo mental (WHITMAN, 2015).

Desde então, a definição do que seria o autismo, sua etiologia e o modo como os serviços de saúde e de educação destinados a esse grupo deveriam ser estruturados e ofertados, gerou, ao longo do tempo, um intenso debate envolvendo inúmeros sujeitos (profissionais da saúde, cientistas, professores, familiares, autistas, entre outros) que ora aliavam-se, ora divergiam acerca dessas e de outras questões. Não por acaso, Donvan e Zucker (2017, p. 13) argumentam que o autismo é “[...] o diagnóstico mais falado e controverso de nosso tempo”.

Atualmente o DSM-V (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*), publicado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA), define o TEA (Transtorno do Espectro Autista) como um Transtorno do Neurodesenvolvimento marcado por déficits na comunicação e interação social em diferentes contextos, além de restrição/repetição no comportamento, atividades e interesses (TURRINI, 2020; KERCHES, 2022). Sua etiologia, na bibliografia especializada, é apresentada como sendo heterogênea, marcada por inúmeros fatores e com predomínio genético (BRITES; BRITES, 2019; TURRINI, 2020).

Tal forma de conceituar o fenômeno é resultante de um processo histórico envolvendo não apenas os saberes científicos, mas também os valores sociais e culturais predominantes no contexto em que o tema foi (e é) debatido (GRINKER, 2010; LOPES, 2019). Sem desconsiderar os aspectos biológicos, é necessário reconhecer que “[...] o autismo — como todos os distúrbios — não existe fora da cultura.

É a cultura que identifica algo como anormal ou errado, lhe dá um nome e toma alguma atitude, e cada cultura reage de forma diferente” (GRINKER, 2010, p. 22).

Donvan e Zucker (2017, p. 13) argumentam que o autismo desafia uma “narrativa simples, retilínea” uma vez que envolve inúmeros sujeitos, tempos e experiências. Essa pluralidade de vozes exige, portanto, o reconhecimento de uma gama variada de recortes espaço-temporais e de fontes para a construção da narrativa histórica.

Tendo em vista tais questões, este artigo tem por objetivo compreender a articulação entre autismo e educação nas páginas dos periódicos de circulação nacional na década de 1980. A escolha dos jornais enquanto fonte partiu da percepção de que os periódicos são vestígios significativos das demandas e tensões sociais nos auxiliando na compreensão de como determinados grupos pensavam e agiam diante das questões que emanavam naquele contexto (LUCA, 2005).

Leandro e Lopes (2018) defendem os periódicos como fontes pertinentes para a construção de histórias sobre o autismo no Brasil; isso porque, entre outros fatores, elas possibilitam a observação da circulação e apropriação do conceito de autismo por diversos sujeitos, além de possibilitar historicizar o ativismo familiar. No caso deste estudo, as peças jornalísticas oferecem material para compreendermos o conceito de autismo dos anos 1980 e como este se articulava com as reivindicações familiares em relação à assistência educacional.

Utilizamos na análise dois periódicos que circulavam em 1980, o *Jornal do Brasil* e a *Folha de São Paulo*. Tais veículos foram separados considerando tanto seu lugar de produção, Rio de Janeiro e São Paulo – cidades importantes para o ativismo em autismo (LOPES, 2019) – como o fato destes jornais terem ampla circulação no território nacional na época selecionada e pertencerem à chamada “grande imprensa”.

Em termos metodológicos, o trabalho proposto trata-se de uma pesquisa histórica e de caráter documental. Selecionamos, por meio do acervo on-line da Hemeroteca Nacional (<https://bndigital.bn.gov.br/>) e Acervo Folha (<https://acervo.folha.com.br/>), 30 matérias do periódico *Jornal do Brasil* e 20 publicadas na *Folha de São Paulo* para compor as fontes a serem analisadas. Por meio das ferramentas disponíveis nos *sites* mencionados, fizemos a pesquisa utilizando a palavra “autismo” e selecionamos o período “1980”. Após esse processo



excluímos ocorrências que o buscador atribuía como semelhante ao pesquisado (exemplo: mutismo, automobilismo, atletismo), além de desconsiderar resultados em que o autismo não era caracterizado como uma categoria diagnóstica, apresentando-o como um sintoma ou um adjetivo para descrever pessoas e situações. Após esse processo realizamos outra seleção enfatizando aquelas matérias em que o tema da educação era um dos assuntos abordados. Considerando os passos acima, utilizamos 13 peças na construção deste trabalho.

Na análise das fontes selecionadas consideramos os apontamentos de Luca (2005) – que apresenta os jornais enquanto fontes pertinentes para a construção de narrativas históricas – e Pontes e Silva (2012) que compreendem que os periódicos constroem e retratam a realidade. Dessa forma, compreendemos que as matérias analisadas não expressam simplesmente o que era o autismo nos anos 1980, mas também ajudavam a criar uma determinada imagem dos sujeitos retratados em suas páginas.

O artigo que segue está estruturado em quatro tópicos. O primeiro foi intitulado “Mídia Impressa, autismo e censura” e demonstra que o interesse público para com o tema do autismo é recente, datando da década de 1980. No segundo tópico, “Autismo, o desconhecido”, discutimos a ausência de conhecimento sistematizado sobre o autismo (inclusive entre os especialistas infantis) tendo como consequência uma série de problemas para autistas e seus familiares, sendo a principal a ausência de amparo em saúde e educação. No terceiro tópico, “As associações”, apresentamos a organização de mães e pais de autistas como mecanismo encontrado pelas famílias para sanar a ausência de conhecimento e assistência educacional no campo do autismo. Embora tais instituições fossem vistas como uma alternativa para que autistas tivessem acesso a um atendimento multiprofissional, a crise econômica da década de 1980 fazia com que tais espaços estivessem em constante risco de fecharem, tema debatido no tópico “Crise econômica e ausência de atendimento educacional”.

2 MÍDIA IMPRESSA, AUTISMO E CENSURA

Nos últimos anos, os meios midiáticos têm dedicado cada vez mais espaço para abordar o autismo. Plataformas de *streaming* têm lançado séries e filmes cujos personagens principais estão dentro do espectro, como é o caso de *Atypical*¹ e *Uma advogada extraordinária*². Programas de televisão e a mídia impressa têm abordado o assunto também, convidando autistas, familiares e especialistas para explicarem ao seu público o que é o autismo e suas principais características. De acordo com Whitman (2015, p. 19), o interesse da mídia em relação a esse tópico está diretamente relacionado ao

número crescente de pessoas que se pronunciam em favor de pessoas autistas, incluindo pais de crianças com este transtorno, profissionais envolvidos no tratamento e/ou pesquisas, indivíduos com autismo e legisladores.

Importante destacar que tal situação é recente quando pensada a partir de uma perspectiva histórica. Dedicando atenção exclusivamente à mídia impressa nacional, Lopes (2019) argumenta que as primeiras matérias jornalísticas a apresentarem o autismo enquanto uma categoria diagnóstica datam da década de 1950. A autora observou um aumento quantitativo em relação ao número de publicações, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, embora destaque que a presença do assunto era esporádica, não podendo ser caracterizada como a expressão de uma preocupação genuína em relação à questão.

Na perspectiva de Lopes (2019), o autismo enquanto um objeto de debate e interesse público só surge no Brasil a partir da década de 1980. Antes disso predominava a invisibilidade: tanto da temática quanto da realidade vivenciada por autistas e seus familiares.

Nas palavras da autora:

Não devemos ignorar o fato de que na década de 1960, mais especificamente em 1964, foi imposta a ditadura civil-militar no país, a qual perdurou,

¹ Série americana composta por 28 episódios divididos em 4 temporadas (duração 2017-2021) e criada por Robia Rashid.

² Série da Coreia do Sul composta por 16 episódios e com segunda temporada prevista para ser lançada em 2024. Criada por Moon Ji Won. De acordo com o portal Streaming Brasil a produção “se tornou 7ª série mais assistida da história da Coreia do Sul. Já na Netflix, a série superou as 300 milhões de horas assistidas”. Informações disponíveis em: <https://streamingsbrasil.com/uma-advogada-extraordinaria-2-temporada-tudo-o-que-sabemos/>. Acesso em: 15.mai.2023.



oficialmente, até 1985. Tal acontecimento determinou o modo como a imprensa representou a infância nesse período e, conseqüentemente, a criança autista (LOPES, 2019, p. 117).

Gouvêia (2019, s.p.) argumenta que “a censura prévia, na prática, teve início já com o Ato Institucional Número Cinco (AI-5), que conferia ao Presidente da República o poder de impô-la caso julgasse necessário para a defesa da ‘revolução’”. Entretanto, com a portaria 11-B de fevereiro de 1970, a prática era formalizada e visava proibir a circulação de publicações consideradas “subversivas” ou que contrariassem a “moral e bons costumes”. É nesse momento que “censores foram colocados nas redações dos jornais, com uma lista de tópicos que não deveriam ser abordados, e até mesmo palavras que não poderiam ser faladas” (GOUVÊIA, 2019, s.p.).

Na prática, os problemas sociais, políticos e econômicos pelo qual a população brasileira à época passava não tinham espaço para serem retratados e debatidos, uma vez que poderiam contrariar a imagem desejada pelo regime. Reimão (2013) nos oferece dois exemplos significativos: a censura do livro didático intitulado *Programa de saúde: projetos e temas de higiene e saúde*, que visava apresentar aos alunos do ensino de segundo grau a realidade sanitária do país, além de oferecer orientações e conhecimentos para auxiliar na prevenção de determinadas patologias e a tentativa de impedir a vinculação de notícias acerca da epidemia de meningite meningocócica em 1974. Se, no primeiro caso, a obra poderia ser “mal utilizada” nas mãos de professores sem treinamento “adequado”, o segundo demonstra a incapacidade do governo ditatorial em enfrentar adequadamente a epidemia e importar as vacinas em quantidade adequada para atender a população.

No que diz respeito ao autismo, Lopes (2019) observou que as matérias publicadas pelos periódicos brasileiros não faziam menção à situação no Brasil, mencionando apenas pesquisas e trabalhos realizados no exterior. Tendo em vista as questões anteriores, a autora argumenta que a escassez de estudos sobre o tema na época, articulado com o contexto político-social, colaboraram para a invisibilidade da temática em território nacional, situação alterada apenas na década de 1980.

Lobo (2004) nos informa que oficialmente a censura prévia finalizou em 1978; entretanto, até 1985, a imprensa vivenciou o que a pesquisadora chamou de “liberdade vigiada”. A maior liberdade para abordar questões sociais, representada

pelo fim da censura prévia, colaborou para que o tema do autismo fosse publicizado pelas famílias e deixasse de ser tratado nas páginas dos jornais apenas como um assunto de interesse específico da classe médica (LOPES, 2019). Mães e pais de autistas aproveitaram a conjuntura para exporem nos periódicos os desafios em cuidar de crianças autistas num país em que quase nada se sabia sobre o tema (LEANDRO, LOPES, 2018).

3 AUTISMO, O DESCONHECIDO

Em 1984, Maria Auxiliadora se expressou da seguinte forma ao falar das dificuldades em ter um filho com o diagnóstico de autismo: *“Não sabíamos sequer o que era o autismo, como então lidar com algo completamente desconhecido, até na nomenclatura?”* (SCARPA, 1984, p. 19). Esse desconhecimento, como observamos nas fontes, não era exclusividade da família.

Amaral (2021), ao analisar a circulação e apropriação do conceito de autismo no Brasil, observou que durante as décadas de 1980 e 1990 não havia um conhecimento sistematizado sobre o assunto, apesar de ser abordado em revistas especializadas da época (como a Revista *Infante*, por exemplo), sendo comum confundi-lo ou associá-lo com quadros de psicose infantil, por exemplo. Quando o olhar se desloca para as práticas pedagógicas, a pesquisadora observou uma dificuldade dos professores em elaborarem atividades voltadas para as necessidades de aprendizagem dos seus alunos, o que tornava comum que tais profissionais focassem apenas em atividades de vida diária e vida prática. No decorrer da pesquisa observamos alguns periódicos utilizarem o termo “doença” para se referir ao autismo, sendo um indício dessa ausência de conhecimento sistematizado sobre o tema e também da ausência de debate público sobre a questão.

Além disso, em 1981, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-3) realizou uma mudança significativa na forma de conceituar o autismo retirando-o da categoria de psicose e inserindo-o nos chamados distúrbios invasivos do desenvolvimento (LOPES, 2019). Quanto à sua incidência, grupos como a *National Society for Autistic Children* dizia, em 1978, que cinco entre dez mil recém nascidos

eram autistas (GAUDERER, 1987)³, o que tornava o autismo um diagnóstico raro; embora profissionais, na época, como é o caso de Christian Gauderer (1987, p. 38), argumentassem que esse número poderia ser maior uma vez que “[...] o autismo é ainda pouco conhecido na comunidade profissional, não sendo diagnosticado pronta e facilmente”. O médico ainda complementava:

Muitas dessas crianças frequentam escolas especiais com diagnósticos errôneos de surdos-mudos ou distúrbios de comportamento. Presume-se, pois, que a real incidência seja maior do que a descrita na literatura (GAUDERER, 1987, p. 38).

Esse desconhecimento acerca do autismo por parte dos profissionais que trabalhavam com crianças era também percebido pelas famílias naquele contexto. De acordo com Lopes (2019), os efeitos eram muitos: contato com profissionais despreparados (ou mesmo impostores), diagnósticos equivocados associados à uma espera média de dez anos para uma resposta correta, além de deslocamentos longos para a realização de consultas com médicos especializados (incluindo no exterior) e ausência de assistência adequada após o diagnóstico de autismo.

Numa matéria publicada no *Jornal do Brasil* em 24 de junho de 1984, Arlindo de Souza, então presidente da Associação de Amigos do Autista (AMA) de Minas Gerais, argumentou que “a criança autista é tanto desconhecida da medicina, como do Código Civil, do INAMPS e das demais instituições de direito e assistência do país” (MINEIROS..., 1984, p. 20). Esse não-lugar do autismo tinha como resultado a ausência de amparo para as crianças assim diagnosticadas e suas famílias. Cientes desses desafios, a união dos familiares visava sanar os problemas apresentados, iniciando pelo fato de que o autismo existia e deveria ser conhecido por um público além de familiares e profissionais da saúde e educação.

³ Em março de 2023 o *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC), referência mundial sobre pesquisas acerca da prevalência de autismo, apresentou dados indicando que uma a cada 36 crianças estadunidenses de até oito de idade estão dentro do TEA. Para mais informações conferir: https://www.cdc.gov/mmwr/volumes/72/ss/ss7202a1.htm?s_cid=ss7202a1_w. Acesso em: 15. maio. 2023.



4 AS ASSOCIAÇÕES

Ao longo das décadas de 1970 e 1980 surgiram, no cenário político e social brasileiro, inúmeros grupos que questionavam o autoritarismo estatal, ao mesmo tempo que reivindicavam a construção de uma sociedade mais justa e igualitária exigindo uma redefinição do papel exercido pelo Estado, em especial no que diz respeito ao bem-estar social, num país em que a maior parte da população se tornava cada vez mais pobre (LIMA et al., 2019).

É nesse contexto que surgem as associações compostas essencialmente por mães e pais de autistas, sendo o maior exemplo a AMA – Associação de Amigos dos Autistas fundada em 8 de agosto de 1983, na cidade de São Paulo (CAVALCANTE, 2003; LOPES, 2019). É importante articular o surgimento de tais grupos não apenas com a emergência dos novos movimentos sociais no contexto da redemocratização; pois, de acordo com Cavalcante (2003, p. 330) tais grupos caminharam por uma “trilha já aberta” por familiares e profissionais que criaram no Brasil uma “tradição associativista” que visava atender as demandas, principalmente educacionais, de crianças com deficiência mental, intelectual, entre outras.

Destacam-se as ações desenvolvidas pela Sociedade Pestalozzi (1934) e pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), fundadas em 1954, que, diante da ausência do Estado, ofertavam um atendimento educacional, assistencial e terapêutico (LIMA et al, 2019). Cavalcante (2003) observou que tais instituições criaram uma “tradição pedagógica” no que diz respeito ao atendimento às pessoas com deficiência; entretanto, não havia no país, até a criação da AMA-SP, instituições especializadas no atendimento aos autistas e seus familiares.

A “ousadia” (CAVALCANTE, 2003) representada pela AMA-SP foi noticiada pelo periódico *Folha de São Paulo*, no dia 16 de agosto de 1983. Numa pequena matéria – composta por 36 linhas divididas em quatro parágrafos – localizada no fim da página 14 e com o título “Pais criam associação”, o jornal anunciava a criação da primeira associação do gênero no Brasil.

Embora houvesse a informação de que a ação era uma iniciativa de onze casais, não há nenhuma menção à fala dos familiares. Quem discorre sobre o assunto

é o médico Raymond Rosenberg — figura fundamental para a união dos familiares em São Paulo — que destacou a relevância e o ineditismo do trabalho em construção:

“AMA é uma iniciativa inédita no Brasil, esclarece Rosenberg, pois aqui normalmente os pais não encontram locais de ensino em condições apropriadas para atender seus filhos.

‘Na associação eles podem trocar experiência e buscar em conjunto caminhos alternativos de educação’, acrescenta o médico, já que também está nos planos da AMA a formação de uma escola especializada” (PAIS..., 1983, p. 14).

O último parágrafo da matéria foi dedicado à disponibilização do contato da instituição para aqueles que desejassem maiores explicações. Conforme Cavalcante (2003) — a partir de informações concedidas por Marisa (uma das fundadoras da AMA-SP) — a disponibilização do telefone e endereço possibilitou que familiares de várias regiões do país estabelecessem contato com a instituição nascente. Nas palavras da autora: “A AMA já nascia reverberando seus efeitos em nível nacional, como um ‘bebê noticiado’, antes mesmo de criar raízes e se efetivar” (CAVALCANTE, 2003, p. 335).

Se a primeira matéria sobre o surgimento de uma associação manteve o tradicional silêncio das vozes dos familiares, mães e pais de autistas conseguiram gradativamente registrar seus desejos e reivindicações nas páginas dos periódicos. A primeira reportagem de capa em que o autismo aparece como tema, publicada no dia 19 de fevereiro de 1984 *na Folha de São Paulo*, pode ser utilizada como exemplo.

A capa em questão ocupa quase que a totalidade da parte inferior da página. É composta por uma fotografia que apresenta um menino, sozinho, em um ambiente aberto que se assemelha a um jardim. A criança está sentada numa cadeira e levemente apoiado numa mesa. Seu olhar parece distante, como se observando ‘o nada’. Abaixo da imagem temos a seguinte legenda para a foto: “*afetados por um mal psíquico, os autistas não conseguem comunicar-se com outras pessoas; eles precisam de um longo tratamento, mas não há escolas especializadas gratuitas*” (AUTISMO..., 1984, capa). Logo após a imagem e sua legenda temos um título escrito em negrito: “Autismo, o drama de crianças isoladas em seu mundo”, seguido de um texto composto por 35 linhas e distribuído em quatro pequenas colunas formando três parágrafos.

Aqui, já nas primeiras linhas, temos Mariza Furia Silva descrevendo os comportamentos de seu filho que lhe chamaram a atenção: “*desligado das pessoas, vivendo num mundo diferente, recusando qualquer comunicação conosco*” (AUTISMO..., 1984, capa). O material pode ser considerado como um dos primeiros registros da publicização das experiências de mães de autistas no Brasil.

Já na página 21 da mesma edição, a matéria escrita por Marina Teixeira de Mello recebeu o título “Famílias de autistas formam associação para tratar os filhos” (DE MELLO, 1984a). Compondo o texto jornalístico temos duas fotos: a primeira representando quatro mães sentadas num sofá na casa de Maria Emília. A postura delas é séria, podendo ser exemplificada pelos braços cruzados das três mulheres que acompanham, atentas, a fala da colega sentada na ponta do lado direito do móvel. De acordo com a legenda da foto elas são: Aparecida, Emília, Dora e Cristina, embora a entrevista também tenha contado com a presença de Mariza Furia.

Além de narrarem suas histórias, as mulheres acima mencionaram o desejo da AMA, naquele contexto, em criar uma escola que pudesse atender seus filhos (DE MELLO, 1984a).

O espaço cedido pelos jornais para a divulgação de assuntos relacionados ao autismo foram fundamentais para as famílias, que viram neles um importante instrumento de *advocacy* (LOPES, 2019). Assim, os periódicos ajudavam não apenas a noticiar a criação das instituições — como foi o caso da AMA-SP, divulgada pela *Folha de São Paulo*, da AMA de Minas Gerais, noticiada pelo *Jornal do Brasil* em 24 de julho de 1984, e da fundação da Associação Nacional de Amigos de Autistas (ABRA), divulgada em 10 de outubro de 1988 pelo *Jornal do Brasil* —, mas também na construção do próprio associativismo.

A questão pode ser exemplificada pela carta escrita por Sônia Rocha, mãe de uma menina autista e que escreveu convocando outros familiares para criarem uma associação (ROCHA, 1983). Dessa carta surgiria a Associação de Pais de Autistas do Rio de Janeiro (APARJ), oficialmente fundada em 17 de julho de 1985.

Todas as associações elaboradas nesse contexto tinham alguns pontos em comum: preencher o vazio educacional deixado pelo Estado e cobrá-lo para que garantisse os direitos sociais dos autistas, além de conscientizar (a população de um modo geral, mas principalmente profissionais da saúde e educação) sobre a



existência do autismo e a necessidade de um olhar atento para aqueles assim diagnosticados.

5 CRISE ECONÔMICA E AUSÊNCIA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL

A década de 1980 foi definida por Piccolo (2014, p. 268) como um período “intensamente conturbado”. O descontrole econômico do período, resultado do fracasso da tentativa em reavivar o chamado “milagre econômico” por meio de estratégias que visavam manter uma política econômica desenvolvimentista financiada pelo aumento da dívida externa do Brasil, lançou “o país em uma espiral inflacionária de enormes proporções” (PICCOLO, 2014, p. 268).

A década de 1980, de acordo com a autora supracitada, não pode ser compreendida sem pensarmos na articulação entre economia, política e sociedade. Essa discussão é fundamental para pensarmos o autismo, uma vez que a inquietação social para a visibilização e assistência adequada para os autistas naquele momento não podem ser desvinculadas do contexto de crescimento da miséria, aumento dos preços e da diminuição do poder de consumo de uma parte significativa da população brasileira.

Tendo em vista tais questões, voltamo-nos para uma matéria publicada pela *Folha de São Paulo*, em 09 de setembro de 1984, assinada por Paulo Sérgio Scarpa. Na ocasião, o então presidente nacional das APAES, Elpídio Araújo Neris, fez a seguinte declaração:

“[...] faltam escolas especializadas, há poucas associações assistenciais, número reduzidíssimo de classes especiais mantidas pelo governo do Estado e um quase total desconhecimento da verdadeira condição social do deficiente no País” (SCARPA, 1984, p. 19).

A fala em questão veio logo após a constatação de que o atendimento educacional pode proporcionar progressos significativos para pessoas com deficiência, embora tal atendimento não estivesse disponível a todos que dele necessitassem, uma vez que havia insuficiência de instituições voltadas para o atendimento educacional de crianças com deficiência no Brasil nos anos 1980. A situação era ainda mais crítica quando focamos na questão do autismo.

Recuando um pouco no tempo, mais especificamente em 1978, observamos a fundação do Centro de Educação Especial Casarão, no Rio de Janeiro. Tal instituição foi criada por Pérola Akerman, psicóloga e mãe de um menino autista, após deparar-se com a recusa de inúmeras instituições de ensino em aceitar seu filho enquanto aluno (LEOA; AKERMAN; BASTOS, 1983). O Casarão cobrava uma mensalidade de seus usuários, embora houvesse uma espécie de isenção para aqueles que não tinham condições financeiras de arcar com os custos (BAPTISTA, 1987). Nem sempre essas iniciativas individuais eram possíveis e, na ausência de serviços (em especial gratuitos), autistas e familiares ficavam sem assistência educacional.

Lopes (2020) menciona a história de Cleusa e seu filho Alexandre, diagnosticado com autismo em 1976, em São Paulo. Em vários momentos, Alexandre ficou sem estudar devido ao fato de as escolas negarem matrícula. O menino também sofreu agressões físicas (um tapa, dado com uma régua, em sua mão) em uma instituição escolar privada que frequentou.

Podemos observar que a esquiva do Estado em atender sua população a deixava vulnerável à várias violências, que vão desde a permanência em casa sem a devida assistência para o seu desenvolvimento até a sujeição à profissionais abusivos e despreparados.

No dia 19 de fevereiro de 1984, a *Folha de São Paulo* descreveu que, na cidade de São Paulo, havia apenas duas instituições que ofereciam atendimentos para autistas, ambas pagas, e que cobravam um valor de Cr\$300 mil por mês (DE MELLO, 1984a). Tendo em vista o mês e o ano da publicação da matéria, prevalecia na época o salário mínimo de Cr\$ 57.120,00, conforme o Decreto nº 88.930 de novembro de 1983. A partir desses números podemos dizer que a mensalidade dessas instituições era 425% maior que o salário mínimo vigente no período.

Os números acima revelam aquilo que Débora Diniz (2022) chamou de histórias de “dor silenciada”, mas que as famílias (no contexto histórico analisado) desejavam tornar pública. Não por acaso, uma das primeiras ações da AMA de São Paulo foi criar um espaço de atendimento educacional, uma vez que o valor cobrado pelas instituições privadas impedia que pessoas como Maria Aparecida, cujo marido era sapateiro, e Dora, com o esposo desempregado (DE MELLO, 1984a), tivessem acesso à assistência educacional especializada para seus filhos, gerando sofrimento,

uma vez que sabiam as demandas de suas crianças, mas não tinham condições financeiras para pagar pelos serviços necessários.

Em outro momento, desta vez em uma matéria assinada por Marina Teixeira de Mello em 15 de maio de 1984, há a seguinte constatação:

“[...] o tratamento longo e dispendioso, requer o atendimento especializado de psicólogos, terapeutas, fonoaudiólogos e professores especializados e por isso as pouquíssimas escolas especiais existentes tornam-se proibitivas às crianças cujos pais não possuam uma condição econômica privilegiada” (DE MELLO, 1984b, p. 20).

Miguel e Biroli (2014, p. 32) argumentam que

a compreensão de que o que se passa na esfera doméstica compete apenas aos indivíduos que dela fazem parte serviu para bloquear a proteção àqueles mais vulneráveis nas relações de poder recorrentes.

O que se torna mais latente quando questões de gênero, classe e deficiência se articulam. Assim, além das demandas cotidianas, mães de crianças com deficiência assumiam responsabilidades educacionais e de proteção que deveriam ser asseguradas pela esfera estatal. Pensando no caso do autismo, a família (em especial as mães) lidavam sozinhas com demandas que necessitavam de uma equipe multiprofissional especializada.

Tal situação não se restringia aos moradores da cidade de São Paulo. Numa carta publicada no *Jornal do Brasil* em 02 de janeiro de 1984, Odete narrou que seu filho, diagnosticado com autismo, era atendido por uma instituição em Belo Horizonte (Minas Gerais) vinculada à LBA, mas ao deslocar-se para o Rio de Janeiro “*fui informada que a LBA não está aceitando casos como o do meu filho por não verem neles perspectivas de melhoras e cura*” (BRANDÃO, 1984, p. 10).

A ausência de serviços acessíveis, aliado com a preocupação em ver o filho não se desenvolvendo devido à ausência de cuidados especializados, fez com que Odete escrevesse a carta objetivando “*expor meu drama às autoridades competentes e às pessoas solidárias que, de alguma forma, talvez possam me ajudar*” (BRANDÃO, 1984, p. 10).

No contexto em que o Estado não assume suas responsabilidades em relação ao cuidado e defesa de sua população, há uma sobrecarga feminina, uma vez que

historicamente as mulheres são posicionadas como cuidadoras (BIROLI, 2018). A história de Odete pode ser observada como um exemplo de tal situação. Além disso ela é representativa de um contexto em que as demandas das pessoas com deficiência eram vistas como responsabilidade da família ou estavam no campo da filantropia e do assistencialismo.

Cabe destacarmos que, desde 1978, estava em vigor a Emenda Constitucional nº 12 que, em seu artigo único, assegurava educação especial e gratuita para as pessoas com deficiência (BRASIL, 1978). Como é mencionado na carta, observamos que havia escolas convencionadas que recebiam subsídio estatal. Entretanto, os dados acima demonstram que muitas famílias não eram assistidas por tais instituições.

Não por acaso, na década de 1980 o tema da educação foi um agente mobilizador: não apenas das associações de mães e pais de autistas, mas também dos Movimentos de Pessoas com Deficiência surgidos e atuantes ao longo das décadas de 1970-1980. Conforme observaram Amorin, Rafante e Caiado (2019), nesse contexto houve uma divergência de percepção entre as entidades: de um lado, aquelas compostas por pessoas com deficiência e que se manifestavam em favor de uma educação realizada no ensino regular, por verem nela um meio de acabar com a marginalização historicamente imposta, com o estigma da incapacidade de obter uma educação formal e com a ideia enraizada de que a educação, para esse público, deveria ser operada a partir dos princípios da filantropia e do assistencialismo, ignorando a sua dimensão de direito. Já as entidades destinadas ao atendimento de pessoas com deficiência, tal qual as APAEs e Pestalozzis, afirmavam que o melhor era uma educação realizada em instituições especializadas. Para os autores, a articulação política dessas últimas colaborou para que o modelo pautado na educação especializada se mantivesse nas décadas seguintes, ainda que nos anos 1990 o movimento por uma educação inclusiva nas escolas comuns tenha se fortalecido.

Na análise das fontes históricas observamos que instituições voltadas para o atendimento dos autistas — fossem elas de iniciativa particular (tal qual o Casarão, mencionado anteriormente) ou aquelas criadas a partir da iniciativa de associações — elaboravam campanhas para a arrecadação de fundos para manter suas atividades.

Podemos ver um exemplo disso na matéria publicada no *Jornal do Brasil* no dia 16 de abril de 1983, em que o Instituto de Psicologia Clínica Educacional e Profissional (IPCEP) aproveitou a matéria sobre os 25 anos de funcionamento da instituição para falar da campanha “amigos do IPCEP”, que visava conseguir pessoas que pudessem colaborar mensalmente com a organização (OS AMIGOS..., 1983).

Pérola Arkeman, ao falar do Casarão, disse que a instituição “[...] *sempre foi deficitário e sobrevive através de campanhas para obter doações. Para o fim do ano está prevista uma campanha de arrecadação através da conta de luz*” (BAPTISTA, 1987, p. 19).

Embora tivessem certeza acerca das atividades educacionais a serem desenvolvidas, as associações de mães e pais de autistas precisavam utilizar de diversos meios a fim de arrecadar fundos para as suas atividades. As matérias abaixo, uma falando da AMA de São Paulo e a outra da AMA de Minas Gerais, exemplificam a questão.

“Os autistas precisariam de um espaço diferente, inclusive com um local ao ar livre, onde pudessem estar em contato com a terra. Faltam materiais pedagógicos e didáticos, precisamos de mais verbas para sustentar o aprendizado das crianças cujos pais não podem pagar mensalidade. Mas estamos confiantes. Alguns colégios estão fazendo campanha voluntariamente para conseguir donativos de materiais [...]” (DE MELLO, 1984b).

“A AMA [Minas Gerais] pretende conseguir doação de uma área, por uma prefeitura ou empresa, para a criação de um **centro de vivência**, onde as crianças autistas e seus pais possam se encontrar com frequência, numa troca permanente de conhecimentos e experiências [...]. A ideia, afirmou, é criar ali uma escola especializada, com atendimento clínico. E um centro de informações e pesquisas sobre autismo, com a participação de especialistas de diversas áreas” (MINEIROS..., 1984, p. 20, grifos no original).

Os altos custos para manter um serviço multiprofissional, somado com o empobrecimento das famílias e o crescente aumento dos produtos essenciais para manter as instituições, fazia com que a manutenção desses serviços fosse incerta. A crise da escola Integração, publicada no dia 21 de setembro de 1984 na *Folha de São Paulo*, é representativa da crise que as instituições especializadas vivenciavam.

“Apesar de serem altos os custos com o corpo profissional que inclui psiquiatra infantil, psicopedagoga, fisioterapeuta, fonoaudióloga, psicólogas

e assistentes — e do aluguel da casa espaçosa, rodeada de um grande jardim, condição indispensável para o atendimento ao autista, que sofre de crises de agitação, controladas através de correrias e brincadeiras ao ar livre — a situação financeira do Integração piorou principalmente pela alta da alimentação” (SEM RECURSOS, 1984, p. 21).

Nesse contexto, crescia a compreensão de maior responsabilização estatal como forma de garantir a manutenção das atividades, além da certeza de que um maior conhecimento acerca do autismo por parte da população era fundamental para a arrecadação de fundos por meio de doações, o que tornava os jornais um importante mecanismo de publicização do tema (LOPES, 2019). Ao responder a carta de Sônia Rocha, publicada pelo *Jornal do Brasil* no dia, Leila Ponce Leoa, Pérola Akerman e Tânia Bastos aproveitaram a ocasião para expressar publicamente os desafios enfrentados pelas instituições e expressar as suas opiniões acerca da participação do Estado na questão:

“[...] esta associação deverá lutar também para ter atenção e ajuda dos órgãos governamentais, uma vez que qualquer trabalho nesta área implica em custos muito elevados. As instituições particulares se vêem obrigadas a limitar seu atendimento, excluindo a população carente que, podemos esclarecer é atingida igualmente pelo problema” (LEOA, AKERMAN, BASTOS, 1983, p.10).

Além desse trabalho de criação de instituições especializadas por parte das associações de familiares, cabe destacarmos o trabalho desenvolvido pela Associação Terapêutica e Educacional para Crianças Autistas (ASTECA), fundada em 1986. De acordo com Lopes (2020), a organização participou da elaboração e desenvolvimento do primeiro atendimento educacional integrado destinado a autistas em escolas públicas do Brasil. O projeto foi desenvolvido em parceria com a Fundação Educacional do Distrito Federal que foi responsável por encontrar uma escola em condições de implementar o projeto-piloto, enquanto a Asteca responsabilizou-se por orientar a comunidade escolar acerca do autismo.

Independentemente do caminho adotado, observamos que a educação destinada aos autistas foi um tema mobilizador na década de 1980.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1980 pode ser compreendida como um momento de redefinir o que era o Brasil, tendo como base o processo de redemocratização. Nesse sentido, o autismo se tornou mais uma questão pública num país que desejava, cada vez mais, tornar-se mais justo e igualitário.

Para tal, o primeiro passo foi retirar da invisibilidade a temática do autismo e as experiências de autistas e seus familiares. Nesse sentido, num contexto em que os periódicos eram uma das principais fontes de informação, os jornais *Folha de São Paulo* e *Jornal do Brasil* foram fundamentais para a publicização do assunto, sendo um importante meio para a divulgação da perspectiva familiar acerca das demandas de seus filhos.

A ausência de atendimento educacional, associada com a escassez de instituições especializadas em autismo, eram fonte de sofrimento para as famílias, assim como a falta de serviços gratuitos. Na análise das fontes vimos iniciativas individuais, tal qual o Casarão, visando sanar o problema; entretanto, nem sempre tal solução era viável para todos, o que tornava importante as ações coletivas via associações como a AMA de São Paulo e tantas outras surgidas no país no mesmo contexto, a década de 1980.

Observamos que a pauperização da população gerada pela crise econômica afetava não apenas as famílias que não tinham condições financeiras para arcar com os valores cobrados pelas instituições que prestavam atendimento privado, mas também impactavam na própria manutenção das atividades ofertadas (seja pelos grupos privados ou pelas associações) assim como também limitava o público a ser atendido.

Assim, a presença do autismo nas páginas da *Folha de São Paulo* e do *Jornal do Brasil* era importante tanto para conscientizar acerca do tema, demonstrar as demandas educacionais daqueles diagnosticados com autismo, apresentar o trabalho realizado pelas associações nascentes naquele momento e conquistar mais apoiadores para a causa em questão.

A análise da documentação selecionada possibilitou observarmos que, junto com as medidas de atendimento educacional voltadas para os autistas, as associações desenvolveram um importante trabalho de divulgação da temática no



Brasil, demonstrando a relevância do ativismo familiar, que deixou como herança a abertura do debate sobre a importância do direito dos autistas ao acesso à educação.

BRUNA ALVES LOPES

Graduada em Licenciatura em História, mestre e doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora Colaboradora do Departamento de História da mesma instituição de ensino superior. Estuda história do autismo, maternidade, ativismo familiar e história da assistência às crianças

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. P. B. *A escolarização de autistas em Minas Gerais (1980- 1990): Uma análise a partir da circulação do conceito*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

AMORIM, J. F. G. de; RAFANTE, H. C.; CAIADO, K. R. M. A organização política das pessoas com deficiência no Brasil e suas reivindicações no campo educacional. *Revista Educação Especial*, Santa Maria (RS), v. 32, 2019.

AUTISMO, o drama de crianças isoladas em seu mundo. *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 19 fev. 1984. Capa.

BATISTA, Martha. Afetividade é a base de escola autista. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 23 ago. 1987. p. 19.

BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRANDÃO, Odete. *Autismo Secundário*. 02 jan. de 1984, p. 10

BRASIL. Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978. Assegura aos Deficientes a melhoria de sua condição social e econômica. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, Seção 1, p. 16857, 19 out. 1978.

BRITES, L.; BRITES, C. *Mentes Únicas*: São Paulo: Editora Gente, 2019.

CAVALCANTE, F. G. *Pessoas muito especiais: a construção social do portador de deficiência e a reinvenção da família*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

DE MELLO, Marina Teixeira. Famílias de autistas formam associação para tratar os filhos. *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 19 fev. 1984 a. p. 21.

DE MELLO, Marina Teixeira. Os pequenos autistas vão para a escola e dão um passo para a recuperação. *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 15 maio 1984 b. p. 23.

DINIZ, D. Reparar. In: DINIZ, D.; GEBARA, I. (org.). *Esperança Feminista*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2022. p. 133-138.

- DONVAN, J.; ZUCKER, C. *Outra sintonia: a história do autismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- GAUDERER, E. C. *Autismo – década de 80: uma atualização para os que atuam na área – do especialista aos pais*. São Paulo: Almed, 1987.
- GOUVÊA, V. *Censura no Brasil: o que podemos saber? Que República é essa?* 2019. Disponível em: <http://querepublicaessa.an.gov.br/temas/136-censura-no-brasil.html>. Acesso em: 17 maio 2023.
- GRINKER, R. R. *Autismo: um mundo obscuro e conturbado*. Tradução de Catharina Pinheiro. São Paulo: Larrousse do Brasil, 2010.
- KANNER, L. Autistic disturbances of affective contact. *Nervous Child*, v. 2, p. 217-250, 1943.
- KERCHES, D. Critérios diagnósticos para o Transtorno do Espectro Autista. In: KERCHES, D. (coord.) *Autismo ao longo da vida*. São Paulo: Literare Books International, 2022. p. 21-25.
- LEANDRO, J. A.; LOPES, B. A. Cartas de mães e pais de autistas ao *Jornal do Brasil* na década de 1980. *Interface*, v. 22, n. 64, p. 153-163, 2018.
- LEOA, Leila M. Ponce; AKERMAN, Pérola; BASTOS, Tania. Autismo e psicose. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 01 nov. 1983. p. 10.
- LIMA, R; et al. Defesa de direitos e políticas para autismo no Brasil e nos EUA. In: RIOS, C.; FEIN, E. (org.). *Autismo em tradução: uma conversa intercultural sobre condições do espectro autista*. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2019. p. 35-76.
- LOBO, C. dos S. L. Na corda bamba: o *Jornal do Brasil* em tempos de abertura (1978-1985). In: SIMPÓSIO REGIONAL DE HISTÓRIA, 11., 2004, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: ANPUH, 2004.
- LOPES, B. A. *Não existe mãe-geladeira: uma análise feminista da construção do ativismo de mães de autistas no Brasil (1940-2019)*. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, Brasil. 2019. Recuperado de: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2922>. Acesso em: 11 abr. 2020.
- LOPES, B. A. Autismo, Narrativas Maternas e Ativismo dos Anos 1970 a 2008. *Revista brasileira de Educação Especial*. Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 511-526, 2020.
- LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINEIROS criam entidade para estudar e ajudar a tratar autismo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 24 jun. 1984. p. 20

OS AMIGOS do IPCEP comemoram seus 25 anos de ajuda a muitos. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 16 abr. 1983. p. 6.

PAIS de autistas criam associação. *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 16 ago. 1983. p. 14.

PICCOLO, M. O dragão não era de papel: os (des)ajustes da Política Econômica brasileira nos anos 1980. In: QUADRAT, S. V. *Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014. p. 247-274.

PONTES, F. S.; SILVA, G. Mídia noticiosa como material de pesquisa: recursos para o estudo de produtos jornalísticos. In: BOURGUIGNON, J. A.; OLIVEIRA JUNIOR, C. R. (org.). *Pesquisa em Ciências Sociais: interfaces, debates e metodologias*. Ponta Grossa: Todapalavra, 2012. p. 49-77.

REIMÃO, S. O livro *Programa de saúde*: um caso de censura durante a ditadura militar brasileira. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 20, supl., p. 1393-1401, nov. 2013.

ROCHA, Sônia. Autismo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 31 out. 1983. p. 10.

SCARPA, Paulo Sérgio. O árduo aprendizado de pais de crianças excepcionais. *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 9 set. 1984. p. 19.

SEM RECURSOS, clínica para autistas pode dispensar crianças. *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 21 set. 1984.

TURRINI, F. A. Autismo: uma abordagem neuropsicológica. In: DE LEON, V. (org.). *Autismo: como transtorno do implícito e seus possíveis desdobramentos terapêuticos*. Curitiba: Editora Pólis Civitas, 2020. p. 42-61.

WHITMAN, T. L. *O desenvolvimento do autismo: social, cognitivo, linguístico, sensorio-motor e perspectivas biológicas*. Tradução de Dayse Batista. São Paulo: M. Books do Brasil, 2015.

Recebido em: 28 de maio de 2023

Aprovado em: 30 de setembro de 2023